

Fecundidade das mulheres indígenas e não indígenas: uma análise com base nas informações do Censo 2010.¹

Anna Karoline Rocha da Cruz.²
Eliana Mesquita da Silva.³
Lara de Melo Barbosa.⁴
Mardone Cavalcante Franca.⁵
Pery Teixeira⁶

Resumo

O objetivo desse estudo é analisar comparativamente as estimativas dos níveis e padrões de fecundidade das mulheres indígenas e não indígenas enfocando as cinco macrorregiões no Brasil, desagregando por situação de domicílio. As informações serão geradas a partir do número de mulheres em idade reprodutiva (15 a 49 anos), do número total de filhos nascidos vivos e dos últimos 12 meses (por idade da mãe), cujas informações dos microdados do Censo 2010 estão disponíveis no site do IBGE, para estimar os níveis e padrões da fecundidade utilizando a Técnica de Brass (BRASS, 1973). Quanto aos resultados, a fecundidade das mulheres indígenas e não indígenas no Brasil ainda apresentam diferenças significativas, com Taxas de Fecundidade Total (TFT) de 3,8 e 1,9 filhos por mulher, respectivamente. Chama a atenção as TFTs das mulheres não indígenas da região Nordeste, Sudeste e Sul, para área urbana, que não apresentam diferenciais característicos por região; e o baixo nível de fecundidade das mulheres indígenas encontrado para o Nordeste rural. Ao analisar o padrão da fecundidade das mulheres não indígenas, observa-se maior concentração de filhos por mulher nas idades mais jovens quando comparada às mulheres indígenas de todo o país, confirmando, dessa forma, o perfil de uma população que tem forte controle de fecundidade. Diferentemente das mulheres não indígenas, em geral, as indígenas apresentam uma fecundidade elevada, com estrutura etária bastante jovem que se diferencia por regiões.

Palavras chaves: Fecundidade, População Indígena.

¹ Trabajo presentado em el VI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población, realizado em Lima-Perú, del 12 al 15 de agosto de 2014.

² Graduada em Economia pela Universidade de Federal do Amazonas. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Demografia da UFRN. (cruzkarol@hotmail.com).

³ Graduada em Economia pela Universidade de Federal do Amazonas. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Demografia da UFRN. (eliamesquita@yahoo.com.br).

⁴ Docente do Departamento de Demografia da UFRN e do Programa de Pós-Graduação em Demografia da UFRN (PPGDEM). (lara@ccet.ufm.br).

⁵ Docente do Departamento de Estatística da UFRN e do Programa de Pós-Graduação em Demografia da UFRN (PPGDEM). (mardonefranca@globo.com).

⁶ Docente do Departamento de Economia e Análise da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). (periteixeira@uol.com.br).

Introdução

O Brasil vem apresentando um processo acentuado e rápido do declínio nos níveis de fecundidade, depois de um longo período com níveis altos, e mudanças nos padrões reprodutivos dos casais em todo o país, ainda que vigorem diferenciais por regiões e unidades federativas (Simões, 2006). Segundo dados do Censo 2010, a fecundidade das mulheres brasileiras, de 1,9 filhos por mulher, se encontra abaixo do nível de reposição populacional (2,1 filhos por mulher). Em outro sentido, a fecundidade total das mulheres indígenas, comparativamente às não indígenas, apresentam um nível relativamente maior, 3,8 filhos por mulher⁷.

Embora exista uma vasta literatura que aponta para os motivos do declínio da fecundidade na população brasileira considerada como um todo, o mesmo não se pode afirmar em relação às mulheres indígenas. Pagliaro (2002) aponta para uma transição demográfica não somente entre a população não-indígena, mas também, ainda que bastante timidamente, entre populações específicas como os povos indígenas. São populações que já estão inseridas no processo de transição demográfica, porém a ritmos mais lentos e com variações entre as etnias, já que alguns povos encontram-se em recuperação populacional.

Entre as publicações que tratam especificamente da temática fecundidade indígena no Brasil resalta-se alguns trabalhos como os de: Wong et al. (2009), que analisa a fecundidade das mulheres que se autodeclararam indígenas por grandes regiões nos Censos de 1991 e 2000; Azevedo (2003) e Pagliaro et al. (2008) que tratam da nupcialidade e fecundidade de populações indígenas da região Norte e Centro-Oeste do país.

Nesse sentido, pretende-se contribuir para o conhecimento da fecundidade das mulheres indígenas e não indígenas brasileiras, analisando comparativamente as estimativas dos níveis e padrões de fecundidade, segundo as mulheres indígenas e não-indígenas por situação de domicílio, levando em consideração informações oriundas do Censo 2010.

Material e Métodos

⁷ A fecundidade total das mulheres não-indígenas é praticamente igual à referente à população total, já que os indígenas representam uma proporção mínima da população do país (0,46% do total).

Este trabalho utiliza informações da população indígena e não indígena através dos microdados do Censo Demográfico de 2010 disponibilizados pelo IBGE. Sendo assim, vale ressaltar que o quesito “cor/raça” incluído no questionário da amostra nos Censos de 1991 e 2000 não mais o foram da mesma forma no Censo de 2010, sendo este aplicado no questionário básico. Além disso, neste último censo, houve a inclusão dos quesitos de “pertencimento étnico” e “língua falada” que, segundo Teixeira e Santos (2011), podem ter influenciado na redução do número de indivíduos que se autodeclararam indígenas no levantamento censitário de 2010, principalmente nas áreas urbanas. A explicação para tal fenômeno como justificativa, e que é desconhecida pelos autores desse artigo, não é encontrada em nenhuma das componentes demográficas (natalidade, mortalidade e/ou migração).

Para mensurar a fecundidade das mulheres indígenas e não indígenas utilizou-se a Taxa de Fecundidade Total (TFT) que corresponde ao número médio de filhos que uma mulher teria se sobrevivesse até o final do período reprodutivo e experimentasse, em cada idade, um conjunto de taxas específicas de fecundidade (Preston, 2001). Trata-se de uma medida resumo, difícil de ser mensurada diretamente devido a problemas com a qualidade das informações que, em geral, ainda não tem uma cobertura altamente confiável como, dos registros de nascimentos, oriundas dos Censos Demográficos. Em virtude das dificuldades na obtenção de dados, utiliza-se de técnicas indiretas como a de Brass (1973) com base em dados retrospectivos sobre filhos nascidos vivos, a fim de obter estimativas do nível de fecundidade entre os grupos populacionais e, portanto, a TFT. Logo, para aplicação da técnica, é necessário às informações sobre o número de mulheres em idade reprodutiva (15 a 49 anos), o número total de filhos nascidos vivos e dos últimos 12 meses (por idade da mãe).

Resultados e discussões

Níveis de fecundidade

Dados do Censo 2010 mostram que a fecundidade no país se encontra em patamares de 1,9 filhos por mulher. Porém, a queda da fecundidade no Brasil não se deu de forma homogênea como em outros países da América Latina, por exemplo, no Chile e na Argentina. Logo, temos grupos

importantes da população sob altos regimes de fecundidade e outros com níveis abaixo da reposição (Berquó e Cavenaghi, 2004). Nesse sentido, considerando que existem diferenciais de fecundidade por cor/raça no Brasil e por regiões, de fato não poderia representar a média do número de filhos das mulheres indígenas, que é de 3,8 filhos. Quando desagregada por situação de domicílio, a fecundidade das indígenas é ainda mais elevada para aquelas que residem em áreas rurais do país, 5 filhos por mulher. Por outro lado, a fecundidade das mulheres indígenas urbanas (2,71 filhos) não se encontra muito distante do número de filhos das não-indígenas de áreas urbanas (1,82 filhos).

Entre 1991 e 2000, verificou-se que houve uma queda da fecundidade das mulheres indígenas, em seu conjunto, da ordem de 30%, declinando de 5,4 filhos para 3,9 filhos por mulher (Wong, 2009). Interessante notar que em 2010 a Taxa de Fecundidade Total (3,8) não sofre alteração, permanecendo o mesmo nível para as mulheres indígenas. No entanto, ao comparamos a TFT daquelas mulheres com as mulheres não-indígenas (1,9 filhos) se verifica que há uma diferença de 50% (Tabela 1) entre os níveis encontrados no período de 2010. Isto é, ainda que não tenha havido uma queda no nível da fecundidade das mulheres indígenas entre 2000 e 2010, esta se mantém elevada quando comparada com as mulheres não-indígenas.

Tabela 1 – Taxa de Fecundidade Total das mulheres indígenas e não-indígenas, por situação de domicílio, Brasil e grandes Regiões – 2010.

Total	BR	NO	NE	SE	SUL	CO
Índigena	3.8	4.9	3.1	2.9	3.6	4.4
Não-índigena	1.9	2.4	2.0	1.7	1.8	1.9
Urbano						
Índigena	2.7	3.4	2.5	2.8	2.9	2.6
Não-índigena	1.8	2.2	1.9	1.7	1.7	1.9
Rural						
Índigena	5.0	5.5	3.9	4.3	4.2	5.5
Não-índigena	2.6	3.3	2.7	2.3	2.2	2.5

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010.

A diferenciação regional se intensifica graças à fecundidade das mulheres indígenas residentes em áreas urbanas, que apresentam um nível de fecundidade próximo ao das mulheres não-indígenas. Considerando a fecundidade das mulheres indígenas de todas as regiões por situação

de domicílio, observou-se que apenas as áreas rurais do Nordeste, Sul e Centro-Oeste apresentaram diferenças no nível de fecundidade entre 2000 e 2010, respectivamente: de 5,6 para 3,9; de 7,2 para 4,2 e; 6,9 para 5,5 filhos por mulher. Wong et al (2009) salientam que essa tendência de queda da fecundidade entre as mulheres indígenas, especialmente do Nordeste já vinha ocorrendo entre 1991 e 2000. Comparando os níveis de fecundidade dessa região entre as mulheres indígenas e não indígenas, observa-se um diferencial de 30%, na área urbana, e 45%, entre as mulheres da área rural, o que pode indicar um comportamento reprodutivo das mulheres indígenas parecido com o das não-indígenas. O estudo antropológico de Athias (2002) para o povo indígena Pankaruru (PE) e outro, de caráter demográfico, realizado por Silva et al (2012) para a população Xukuru do Ororubá (PE), indicam níveis baixos de fecundidade para as populações indígenas daquele estado. No entanto, não se pode generalizar tal conclusão, já que se trata de uma fecundidade heterogênea em virtude de comportamentos reprodutivos distintos e que estão atrelados à diversidade cultural desses povos.

Outra diferença que se observou, apesar de sutil, é em relação à fecundidade indígena total do Sul do Brasil que declinou de 4,2, em 2000, para 3,6 filhos por mulher, em 2010. Nas demais regiões, a fecundidade em 2010 é muito semelhante à fecundidade da década anterior, e para algumas regiões a TFT não sofre alterações. Todavia, não se deve esquecer que houve mudanças no questionário aplicado às populações indígenas no Censo de 2010, bem como a inclusão de novos quesitos. Estes fatos podem ter confundido as pessoas inquiridas, de modo a influenciar na autodeclaração de pertencimento étnico, como salientam Teixeira e Santos (2011) quando se referem aos resultados encontrados para as populações indígenas das áreas urbanas.

Quando se verificam os altos níveis de fecundidade das mulheres indígenas para as regiões Sudeste e Sul, especialmente para a área rural, pressupõe-se que tal fenômeno é minimamente atípico, não se podendo, portanto, ter conclusões definitivas. Os dados para a região Sul e Sudeste geram controvérsias e/ou incoerências que prejudicam a análise, principalmente porque o número de mulheres indígenas em idade reprodutiva é consideravelmente baixo em relação às outras regiões do país, além do diminuto número de nascimentos observados no período de 2010. Pode ter havido erro de declaração da informação, que se traduz em má qualidade dos dados ou, de fato, o comportamento das mulheres indígenas do Sul e Sudeste é diferenciado, necessitando para isso maiores investigações a respeito. Em geral, as mulheres indígenas apresentam uma

fecundidade elevada, comparativamente à não-indígena, com estrutura etária bastante jovem, mas que também se diferencia por regiões.

Padrão de Fecundidade

Segundo Simões (2006), até a década de 80, as mulheres dos grupos etários de 25 a 29 e 30 a 34 anos concentravam o maior número de filhos no Brasil. No entanto, a partir das informações do Censo 2010, verifica-se que há relativa diminuição na idade média da fecundidade das mulheres não-indígenas. Contudo, tal rejuvenescimento vem ocorrendo no país desde a década de 90, e mantendo-se contante até este momento. Em relação a isso, o Brasil se diferencia de outros países com níveis baixos de fecundidade, onde há uma maior dispersão do número de filhos ao longo do ciclo reprodutivo ou a postergação da fecundidade (Berquó e Cavenaghi, 2004).

Tabela 2 – Idade média da distribuição da fecundidade das mulheres autodeclaradas indígenas e não-indígenas, segundo situação de domicílio, Brasil e Grandes Regiões – 2010.

Grandes Regiões	Indígena			Não-indígena		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
Brasil	26,27	27,19	26,56	26,41	25,71	26,28
NO	26,63	27,76	27,47	25,26	25,10	25,19
NE	26,02	26,43	26,10	25,95	25,88	25,91
CO	25,14	27,06	26,23	26,02	24,64	25,89
SE	27,92	27,46	27,32	26,89	25,96	26,82
SUL	26,42	25,17	25,73	26,98	26,45	26,91

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010.

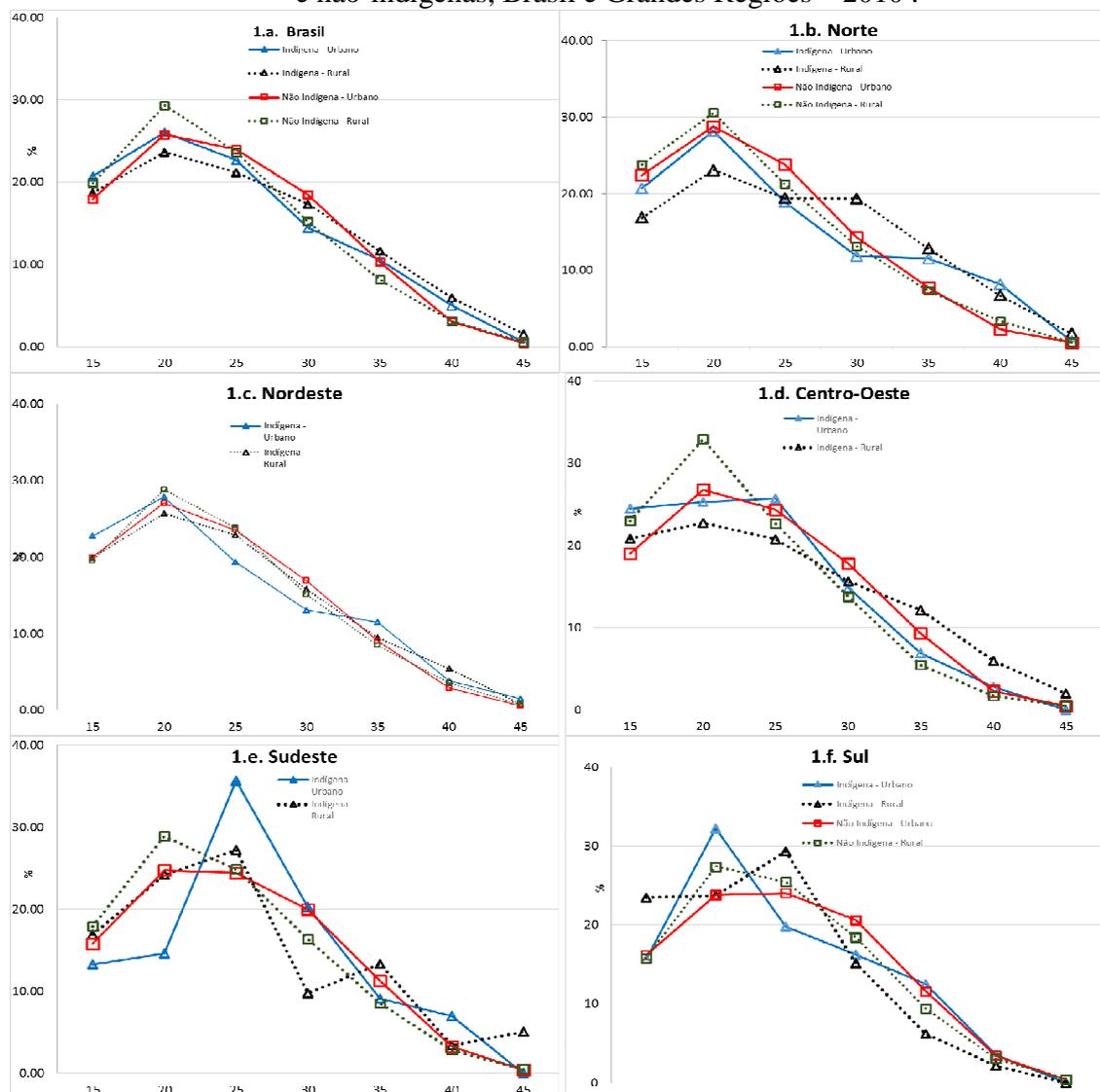
Para o conjunto da população indígena, a idade média pouco passa dos 27 anos, como é o caso da região Norte e Sudeste. Nas regiões, Nordeste e Centro-Oeste, à exceção do Sul (25 anos), a média das idades à fecundidade se concentra entre as mulheres indígenas com 26 anos, conforme mostra a Tabela 2. O mesmo se verifica para o conjunto da população indígena e não-indígena das áreas urbanas, em que os valores encontrados praticamente não diferem entre as duas populações. O rural indígena mostra uma fecundidade mais tardia, em torno dos 27 anos para todas as regiões e Brasil, excetuando-se as regiões Nordeste e Sul, cuja idade média corresponde a 26 e 25 anos, respectivamente, em comparação com o rural não-indígena.

Variações na idade média por situação de domicílio, segundo as mulheres indígenas e não-indígenas, podem refletir um conjunto de fatores de ordem estrutural ou das chamadas variáveis intermediárias – que afetam diretamente a fecundidade. Além disso, no caso brasileiro, os padrões culturais e os meios de comunicação agiram de modo a impor novos ritmos de comportamento e novos padrões de consumo (SIMÕES, 2006). Tal fato se observa especialmente no Nordeste brasileiro, onde o controle da reprodução, através principalmente da esterilização, além dos métodos conhecidos de contracepção, levou ao declínio da fecundidade de forma mais rápida e acentuada a partir da década de 80. No que se refere às mulheres indígenas, notadamente às do meio urbano, não se pode deixar de pensar em uma tendência mais generalista do declínio da fecundidade, considerando as desigualdades regionais, que as mulheres estariam expostas aos mesmos fatores que determinariam a queda da fecundidade das não-indígenas.

Analisando os padrões de fecundidade em 2010 apresentados no **Gráfico 1-1.a**, observa-se maior concentração da distribuição da fecundidade das mulheres não-indígenas em seu conjunto nas idades mais jovens quando comparadas com as indígenas para todo o país, o que confirma os baixos níveis de fecundidade daquelas mulheres. Trata-se de um perfil típico de população com forte controle de fecundidade que é bastante característico da forma como se deu o processo da queda da fecundidade no Brasil. Nesse sentido, é interessante observar que o padrão de fecundidade das mulheres não-indígenas da área rural, para o Brasil e demais regiões (exceto a região Sul), apresenta uma maior concentração da fecundidade a partir dos 25 anos. O que poderia indicar maior difusão do controle da fecundidade, principalmente no Nordeste, entre as mulheres não-indígenas de áreas rurais e que também pode ser observado, ainda que em menor nível, entre as mulheres indígenas das áreas urbanas daquela região.

Na zona rural, a dispersão das taxas específicas ao longo da curva de fecundidade observada para as mulheres indígenas do Norte e Centro-Oeste - que tiveram, em 2010, altas taxas de fecundidade, 5,4 e 5,5, respectivamente -, indica um menor controle da fecundidade ou de métodos contraceptivos tradicionais. Em contraposição, nas áreas urbanas, no Centro-Oeste a fecundidade concentra-se entre as mulheres indígenas de 15 a 24 anos e no Norte no grupo de 20 a 24 anos (**Gráficos 1.b e 1.d**). De todo modo, são regiões que apresentam maior concentração de população indígena no Brasil, algumas com comportamentos ditos como tradicionais, mas que ainda assim apresentam dicotomia entre sua população urbana e rural. (IBGE, 2005).

Gráfico 1 – Distribuição percentual das taxas específicas de fecundidade para mulheres indígenas e não-indígenas, Brasil e Grandes Regiões – 2010 .



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010.

Cabe destacar que o padrão etário jovem da fecundidade das mulheres não-indígenas das regiões Sul e Sudeste não difere das demais regiões (**Gráficos 1.e e 1.f**). Ressalta-se que estas regiões foram precursoras no processo de declínio da fecundidade no Brasil, logo, seus padrões de consumo, juntamente com outros fatores, acabaram influenciando e mudando o comportamento reprodutivo dos casais nas demais regiões do país (SIMÕES, 2006). No entanto, há que ter cautela quanto ao declínio acentuado da fecundidade das indígenas naquelas regiões, em virtude do pequeno número de mulheres em idade reprodutiva, que reflete não apenas nos níveis, mas também no padrão etário da fecundidade. Se por um lado se verificam irregularidades na

distribuição dos nascimentos para as populações indígenas destas regiões, dificultando assim a análise, por outro, observa-se um comportamento reprodutivo típico de mulheres que possivelmente controlam o número de nascimentos.

Conclusão

Embora haja limitações quanto aos dados censitários de cor ou raça, em particular para as informações sobre língua e etnia e suas implicações para fins de análise dos povos indígenas, levando-se em conta que a partir desses novos quesitos muitos deixaram de se autodeclarar como indígenas, por não conhecerem a língua falada ou a etnia a qual pertenciam, buscou-se verificar as diferenças quanto às taxas de fecundidade das mulheres auto-declaradas indígenas e não-indígenas, por situação de domicílio das Grandes Regiões do país.

De modo geral, a partir das informações apresentadas observou-se que a fecundidade das mulheres não-indígenas já se encontra abaixo do nível de reposição populacional, apesar de ainda persistirem variações regionais. Enquanto que a fecundidade das mulheres indígenas se encontra em níveis mais elevados, especialmente nas áreas rurais do país, e com padrão etário pouco rejuvenescido, onde a idade média à fecundidade oscila entre 25 e 27 anos nas Grandes Regiões.

Contudo, chama a atenção as taxas de fecundidade das mulheres não-indígenas do Nordeste, Sudeste e Sul (das áreas urbanas) que não apresentam diferenciais característicos por região. Ademais, constatou-se que as diferenças quanto à fecundidade das mulheres não-indígenas e indígenas foram mais elevadas para as regiões Norte e Centro-Oeste do país. A região Nordeste, como já apontado por Wong (2009), a partir dos dados do Censo de 2000, apresentou uma forte concentração de nascimentos nas idades mais jovens (70% dos nascimentos ocorrem até os 30 anos), tanto nas mulheres indígenas quanto nas não-indígenas, principalmente, na área urbana. O que sugere, novamente, que esteja havendo um acentuado controle da fecundidade entre as mulheres indígenas daquela região e que é corroborado pelos níveis relativamente baixos de fecundidade.

Nesse sentido, os resultados encontrados a partir dos dados de 2010 vão ao encontro do que já se observava no Censo 2000, verificando-se, então, que não houve mudanças muito significativas quanto aos níveis de fecundidade, mas que estes mereceriam informações adicionais importantes

como os fatores que conduziram uma mudança no comportamento reprodutivo das mulheres indígenas.

Referências

AZEVEDO, Marta Maria. Demografia dos povos indígenas do Alto Rio Negro/AM: um estudo de caso de nupcialidade e reprodução. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2003.

BERQUÓ, ELZA; CAVENAGHI, SUZANA. Mapeamento sócio-econômico e demográfico dos regimes de fecundidade no Brasil e sua variação entre 1991 e 2000. Trabalho apresentado XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu – MG, 2004.

BRASS, W. Note on Brass Method of Fertility Estimation. In: BRASS, W; COALE, A. J. et al. The demography of Tropical Africa. Princeton: Princeton University Press, part 1, appendix A to chapter 3, 1973, p.140-142.

CEPAL. Mujeres indígenas en América Latina: dinámicas demográficas y sociales em el marco de los derechos humanos. Santiago de Chile, 2013.

IBGE. Censo Demográfico 2010.

MIRANDA-RIBEIRO, A.; GARCIA, R. A. Transições da fecundidade no Brasil: uma análise à luz dos diferenciais por escolaridade. Trabalho apresentado no XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Águas de Lindóia/SP – Brasil, de 19 a 23 de novembro de 2012.

PAGLIARO, Heloisa; MENDOÇA, Sofia; CARVALHO, Natália da Silva; MACEDO, Érika Santos de; BARUZZI, Roberto G. Fecundidade e saúde reprodutiva das mulheres Suyá (Kisêdje), Parque Indígena do Xingu, Brasil Central (1970 – 2007). Trabalho apresentado no XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu-MG – Brasil, de 29 de setembro a 2 de outubro de 2008.

SILVA, E. M.; BRASIL, Marília Carvalho; COSTA, André Monteiro. Fecundidade das mulheres indígenas Xukuru: considerações sobre os dados preliminares do Censo Xukuru. Trabalho apresentado no XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Águas de Lindóia/SP – Brasil, de 19 a 23 de novembro de 2012.

SIMÕES, Celso Cardoso da Silva. A transição da fecundidade no Brasil: análise de seus determinantes e as novas questões demográficas. São Paulo: Arbeit Factory Editora e Comunicação, 2006.

TEIXEIRA, Pery; SANTOS, Ricardo Ventura. O “indígena” que emerge do Censo Demográfico de 2010. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 27((6):1048-1049, jun, 2011.

WONG, Laura L. Rodríguez; MORELL, Maria Graciela González de; CARVALHO, Regiane Lucinda de. Notas sobre o comportamento reprodutivo da população autodeclarada indígena – Censos Demográficos 1991 e 2000. Revista brasileira Estudos Populacionais, Rio de Janeiro, v. 26, n.1, p. 61-75, jan./jun. 2009.